

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME LI • 2012

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Coimbra

Membro do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património

jde@fl.uc.pt

JORGE FEIO

Mestre em História da Arte, com especialização em História da Arte da Antiguidade

Investigador do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa

jorgefeio77@hotmail.com

UM FLÂMINE DE TIBÉRIO EM *PAX IVLIA* –
CIL II 49 REENCONTRADO

A FLAMEN OF THE EMPEROR *TIBERIVS* AT *PAX IVLIA* –
CIL II 49 RETRIEVED

“Conimbriga” LI (2012) p. 75-92

RESUMO: Dado a conhecer unicamente por André de Resende, que anotara tê-lo visto nas muralhas de Beja, o monumento epigráfico foi agora encontrado em reutilização numa herdade perto da cidade e pode, sem sombra de dúvida, ser considerado autêntico, a dar conta da homenagem feita a um flâmine do imperador Tibério.

PALAVRAS-CHAVE: Epigrafia romana; Lusitânia romana; *Pax Iulia*; *flamen*; *praefectus fabrum*.

RÉSUMÉ: CIL II 49 avait été signalé seulement par André de Resende, dont on connaît bien la tentation de forger des inscriptions pour montrer l'ancienne notabilité des villes portugaises. Et, dans ce cas, on avait la dédicace à un *flamen* de l'empereur *Tiberius*!... On vient, toutefois, de retrouver la pierre et... le monument est, en effet, authentique. L'absence de la dernière ligne, vue par Resende et

Conimbriga, 51 (2012) 75-92

aujourd'hui perdue, nous pose des questions, mais non celle-là, de l'authenticité.

MOTS-CLÉ: Épigraphie romaine; *Pax Iulia*; *flamen*; *praefectus fabrum*; *Lusitania*.

ABSTRACT: A dedication to a *flamen* of *Tiberius Caesar Augustus* has been just retrieved in the wall of a rustic house near Beja, the Roman *colonia Pax Iulia*, in *Lusitania*. It was only known by one reference of André de Resende, a Portuguese humanist well famous by the mystified texts he reports; nevertheless, in this case, we are in presence of a genuine and very important roman monument (CIL II 49).

KEY-WORDS: Roman epigraphy; *Pax Iulia*; *flamen*; *praefectus fabrum*; *Lusitania*.

UM FLÂMINE DE TIBÉRIO EM PAX IULIA – CIL II 49 REENCONTRADO

Nos princípios de Junho deste ano de 2014, Jorge Paixão, rendeiro do Monte da Quinta da Mangiralda (freguesia de Nossa Senhora das Neves, concelho de Beja), teve a gentileza – que muito agradecemos – de indicar a um de nós (JF) a existência de uma pedra com letras reutilizada na esquina de uma das casas de apoio da quinta (Fig. 1 e 2). Tendo-se deslocado ao sítio – que tem as coordenadas 38 01' 05,43" N e 7º 48' 1099", W e 135 m de altitude – e tendo procedido, de imediato, com a sua equipa,¹ a uma limpeza sumária (a pedra estava pintada de azul, como é de hábito nas casas rurais alentejanas, com o letreiro em posição deitada – Fig. 3 e 4), verificou-se que se tratava da epígrafe que Hübner inserira no seu *corpus* (CIL II 49), com base em informação colhida exclusivamente em André de Resende.

A circunstância de ser Resende a fonte única de uma inscrição de conteúdo importante (dava notícia de um notável municipal!...) e cujo rasto se perdera fez com que se olhasse para este testemunho com alguma desconfiança,² que o achado agora vem por completo dissipar, pois – adiante-se desde já – a paleografia é claramente romana.

É, pois, intenção desta nota dar conta do que se tem escrito acerca desta epígrafe de *Pax Iulia*, aproveitando o ensejo para dela fazer o estudo epigráfico que faltava.

¹ Agradece-se a preciosa e pronta colaboração de José Bate e Jorge Cambado.

² Escreveu-se em IRCP (p. 310): «Portanto, o menos que podemos dizer é que, na verdade, o texto pode ser suspeito». Dessa opinião se fez eco Rosado Fernandes: «Subsistem, contudo, dúvidas quanto à sua autenticidade, pois não é sem razão que pode pensar-se ter sido a inscrição forjada por A. Resende, a fim de criar um cargo de currículo transparente» (p. 289).

1. O local de achado e o contexto original

A Quinta da Mangiralda, pertença da mesma família há cerca de 500 anos, localiza-se à entrada sul da aldeia de Nossa Senhora das Neves, junto à linha de caminho-de-ferro e, atendendo a essa localização em relação à cidade romana de *Pax Iulia*, tem sido alvo de prospecções arqueológicas, integradas em diversos projectos.³ A epígrafe ora identificada não fora, porém, que saibamos, alguma vez avistada, o que se compreende, dada a sua localização e ao facto de a inscrição estar oculta sob a pintura.

Refere André de Resende, no capítulo em que trata «De Pace Iulia sive Augusta», que *extant ibi complura Romanorum monumenta ex quibus aliquot adscribam quae per muros ipsius ciuitatis dispersa visuntur*; ou seja, «encontra-se ali grande número de monumentos romanos dos quais considerarei alguns dos que se observam dispersos pelas muralhas da cidade».⁴ Dentre esses, menciona um «cippus semifractus», de que traz esboço (Fig. 5) e interpretação, nada acrescentando em relação a pormenores do seu achamento ou características da localização.

Mura significa, à letra, ‘muralhas’, como Rosado Fernandes traduziu; poder-se-ia pensar, no entanto, que Resende houvesse utilizado a palavra em sentido amplo, a implicar também outras construções, outros ‘muros’, e não estritamente as muralhas da cidade. Se tal considerássemos, até podia ter-se dado o caso de o humanista ter visto a inscrição no local onde a fomos agora encontrar. Essa hipótese deve, porém, ser des-

³ A consulta do Portal do Arqueólogo – <http://arqueologia.igespar.pt/> – proporciona, entre outras, a informação de que a Quinta da Mangiralda I está aí identificada como CNS 34074 e que, em 2013, Artur Jorge Ribeiro Henriques e Rui Jorge da Silva Ramos nela realizaram uma sondagem no âmbito do projecto designado “Circuito Hidráulico Baleizão – Quintos e Bloco de Rega”, de que se destaca o «achado isolado atribuível ao Paleolítico Médio, composto por indústria lítica de pedra talhada». Em 2002, Margarida da Silva Monteiro também prospectara a zona (Quinta da Mangiralda, CNS 7169), no quadro do projecto “EIA – IP8 – Beja / Vila Verde de Ficalho”, na medida em que já havia notícia de «ocorrências patrimoniais identificadas ao nível da bibliografia localizadas na área de incidência» desse projecto. Da ficha consta que «entre o Barranco do Canal e o Barranco do Paraíso» se encontram «fragmentos de cerâmica comum e canalizações» e, «meio enterrado no solo», «um bloco aparelhado de mármore», que, porém, se não caracterizou.

⁴ Seguimos a tradução de Rosado Fernandes (1996, p. 195), donde também retiramos a imagem que André de Resende publica no fol. 202.

cartada, porque André de Resende é bem claro: a primeira inscrição que menciona estava «ad portam Maurensem, versus novam»; a segunda, «postea fragmentum in muro»; e o «cippus semifractus» vem de seguida, antes da referência a um outro «ad Portam Myrtilensem». Teve, na verdade, a preocupação de bem localizar tudo o que viu.⁵ Aliás, não será despropositado sublinhar que expressamente diz de uma outra inscrição (CIL II 47 = IRCP 291) «In foro Cippus» (fol. 206), e o monumento – tal como decerto aconteceu com a pedra de Mangiralda – acabou por sair da área urbana e foi colocado em sítios diversos.⁶

Pelas suas características formais e atendendo à inscrição que ostenta, não temos dúvidas de que estamos perante um monumento pensado para solenemente figurar no fórum da colónia e que, mui provavelmente na Idade Média, foi aproveitado para ser integrado nas muralhas da cidade, com o texto visível para o exterior. Não nos admiraria que o letreiro tivesse despertado curiosidade e, por isso, aquando de remodelação da muralha, a pedra houvesse sido aproveitada para a intervenção na parede onde ora foi identificada, tendo havido também, nessa altura, o cuidado de manter os dizeres para o lado de fora.

2. Estudo epigráfico

Trata-se de um paralelepípedo de mármore cinzento de São Brissos/Trigaches (Fig. 6). As sucessivas reutilizações determinaram ajustes nas faces laterais, o que provocou o desaparecimento de algumas letras. A circunstância de, por enquanto, se encontrar incorporada no muro impede-nos de determinar como é a face superior, ainda que, mui provavelmente, também já não deva apresentar o aspecto original. Esta observação prende-se, naturalmente, com o facto de carecermos, por isso, de dados para optar por uma classificação: cipo ou pedestal?

Dimensões: (50) x (45) x (65).

⁵ Esse pode ser, aliás, um argumento a favor da autenticidade destas epígrafes, porque o seu enquadramento é de ordem meramente local e Resende não tira quaisquer conclusões de ordem política ou histórico-cultural – como, noutras circunstâncias, o fez, em relação a Évora.

⁶ Veja-se IRCP p. 361, nota 5, onde, a propósito de, sob interrogação, se indicar como local de achado a Herdade da Lobeira, se mencionam as opiniões acerca desse tema.

M(arco) · AVRELIO · C(aii) F(ilio) · GAL(eria) / II·VIR(o)
(duumviro) · FLAMINI / [T]I(berii) · CAESARIS · AVG(usti) /
[P]RAEFEC(to) · FABR(um) / ⁵ [...]VLVS [?] [vel VIVS]

A Marco Aurélio, filho de Gaio, da Galéria, duúnviro, flâmine de Tibério César Augusto, prefeito dos artífices [...]

Altura das letras: 1. 1 e 2: 5,5 (2º A da l. 1 = 3,4); 1. 3: 5; 1. 4: 4: 1. 5: ? Espaços interlineares: 1: 8; 2: 2,5; 3: 2; 4: 1,5; 5: 2.

CIL II 49. IRCP 236 (com mais bibliografia). GONZÁLEZ HERRERO 2006 27-28.⁷

Variantes de leitura (todos os autores, na sequência de A. de Resende): GAL na l. 2, onde não se lê o I final de FLAMINI; na l. 5: D · D

Paginação cuidada, presumivelmente com alinhamento à esquerda e à direita; sóbrio recurso à inclusão do pequeno A na l. 1.⁸ Sente-se a presença prévia de linhas auxiliares, atendendo à circunstância de os vértices das letras apresentarem breve barra horizontal, como que a denunciar a linha em que a sua gravação se apoiou. Pontuação redonda e bem aplicada.

Caracteres actuários, gravados com badame: O elíptico, como tendencialmente o são o C e o G; B assimétrico; R feito a partir do P e com perna alongada e levemente encurvada; S simétrico; A e V esguios e a denotarem *ductus* para a esquerda, dado o acentuado da haste oblíqua nesse sentido; G com duas grafias: de haste breve e perpendicular na l. 1 e enrolada para dentro na l. 3. Na l. 1, do M inicial resta a metade da direita; do L final dessa linha desapareceu a barra horizontal.

O facto de André de Resende não manifestar qualquer dúvida na leitura, nomeadamente nas linhas 2, 3 e 5, poderia levar-nos a pensar, primeiro, que terá visto a pedra mais completa ou em melhores condições de legibilidade e, depois, que o tipógrafo (ou o desenhador) foi

⁷ Optámos por somente indicar esta bibliografia, porque em IRCP se mencionam as referências anteriores e o livro de Marta González Herrero traz igualmente informação bibliográfica complementar.

⁸ Apesar de haver espaço no começo da l. 2, não cremos que, antes da menção do duunvirato, outra se tenha feito.

fiel na cópia do que o humanista lhe entregou para compor. Quer-nos, porém, parecer que tal não aconteceu, sobretudo se atentarmos que se desenhou FALR, gralha que deve atribuir-se não a André de Resende mas ao artífice tipográfico, uma vez que, no desdobramento, está *fabrum*. Isso sugere-nos que também o lapso da paginação (GAL na l. 2 e não na l e sem o A incluso) e a ausência do I (bem claro na pedra) se devem a gralhas tipográficas.

É bem possível que, na l. 3, TI tenha estado completo; hoje, resta apenas o I. A única explicação plausível que poderemos aduzir para se haver 'lido' DD na l. 5 é atribuí-la à fantasia de Resende: possivelmente, essa parte do letreiro estava meio oculta com a argamassa e, como essa é a fórmula habitual em circunstâncias idênticas, alguns dos traços superiores visíveis poderão ter sido interpretados como tal.⁹

Confessamos que, de facto, a leitura dessa linha (Fig. 7) nos causa bastante perplexidade. Em primeiro lugar, porque o *ductus* do eventual S assim como o do conjunto dos traços visíveis nos parece bem diferente do que se vê na regularidade perpendicular patente no resto da epígrafe; depois, porque a paginação não foi respeitada. Na verdade, é verosímil que os dois primeiros traços verticais visíveis, de vértices 'marcados' em oblíquo (diversamente do se passa nas demais letras), pertençam a um V, como indicámos, atendendo à semelhança com o V seguinte; poderá ser, depois, a metade superior de um I, seguido de V aberto, de que subsiste a maior parte e é aqui que se atesta melhor a diferença de *ductus* e de gravação e de 'estilo'; o S, de que se manteve a parte superior, é muito inclinado para a frente e esguio. Acrescento, inclusive em época posterior à romana? Pode ser. A fórmula final que aí se postularia não se coaduna com essas letras; um antropónimo – [OCTA]VIVS? – também não tem cabimento; a menção de um cargo posterior igualmente se nos afigura imprópria, pois o normal é homenagens deste tipo serem feitas quando o notável municipal transita, mediante o exercício da prefeitura dos artífices, para a ordem equestre e, conseqüentemente, sai da sua terra de origem para exercer noutros locais funções mais importantes (ENCARNAÇÃO 2009, 33).

⁹ Resende desdobra em *decreto decurionum*, mas põe também a possibilidade de se interpretar *dedicarunt*, o que se torna inexplicável, por postular um sujeito plural, que não vem ao caso. Será que a ele próprio, na altura, alguma dúvida assaltou em relação ao que se leria na última linha e optou por indicar o que seria normal?

3. Perspectivas de investigação

O achamento desta epígrafe é susceptível de incitar a novas investigações em dois diferentes campos: primeiro, o do culto imperial; segundo, o da evolução do traçado das muralhas de Beja. Sem qualquer outra pretensão que não a de levantarmos as questões, afigura-se-nos de interesse não deixar passar em branco esta oportunidade.

3.1 O culto imperial ao tempo de Tibério

Robert Étienne, prosseguindo na sua tese de colocar a Hispânia na génese do culto ao imperador («les Espagnes restent toujours à l'avant-garde de l'adoration impériale» – 1974, 405), não hesita em sublinhar, em relação a Tibério, que «en face d'un empereur qui reste très discret et qui préfère s'effacer derrière le souvenir de son père adoptif, les provinciaux expriment une foi qui s'affirme aussi bien à l'égard du souverain vivant que de sa famille» (*ibidem*).

Creemos que atendendo às dúvidas surgidas quanto à autenticidade do monumento, Étienne apenas o mencione, por duas vezes (1974, p. 199 e 424), sem se deter no relevante significado que encerra, inclusive no contexto geral e peninsular, a existência deste flâmine de que expressamente se diz que esteve dedicado ao culto de Tibério. Na verdade, Robert Étienne intitula um capítulo da sua obra «Tibère et l'établissement du culte imperial» (p. 405-432), mas certamente porque não há, aqui, directamente, uma homenagem ao imperador, mas sim mera referência curricular a um dos seus sacerdotes a nível municipal, acabou por não lhe atribuir a importância que, mesmo nesse quadro, efectivamente se lhe deve dar.

Tivemos a curiosidade de ir consultar alguns dos artigos que tratam especificamente dos flâmines registados em epígrafes peninsulares, a fim de verificarmos se, nesse contexto, algum realce haveria. Não há.

Assim, a primeira conclusão que se nos afigura evidente é que se trata, de facto, de um caso singular: não parece haver registo de mais nenhum flâmine de Tibério no contexto peninsular, o que mais destaca a elevada sensibilidade política – e, concomitantemente, económica e social – da população de *Pax Iulia*, mormente se tivermos em conta o que se conhece da, atrás referida, atitude do imperador em evitar honrarias, como escreveu Suetónio (Tibério, XXVI):

«Não quis nem templos, nem flaminatos, nem sacerdócios. Proibiu que lhe erigissem estátuas e que lhe expusessem o retrato sem autorização sua, e, quando veio a consentir nisso, foi com a condição de figurar não entre as imagens dos deuses, mas apenas como ornamentação dos edifícios».

Pax Iulia, colonia, ter-se-á, por conseguinte, alheado expressamente desse desiderato imperial e fez questão em manter um sacerdócio em sua honra, distinguindo-se, desta forma, das demais comunidades hispânicas.

E não será, pois, despropositado chamar à colação neste contexto o que se passou em *Olisipo*, quando dois augustais, ligados a duas influentes famílias locais – a *Arria* e a *Iulia* – se não coíbem também de mandar erguer estátua *divo Augusto* (QUINTEIRA e ENCARNAÇÃO, 2009). Salienta-o Robert Étienne:

«Le culte de *Divus Augustus* joue donc un rôle décisif dans le culte impérial sous Tibère. Accueilli spontanément dans les cités, favorisé par le culte provincial officiel, il est des plus populaires [...]. Mais ce rôle, contraire à la politique officielle de l'empereur, n'a nullement empêché les Espagnols de rendre plein hommage à leur souverain vivant: la péninsule ibérique en reçoit une place bien particulière dans l'Occident latin» (1974, 419-420).

Nesta Lusitânia ocidental, uma cidade portuária, onde o comércio marítimo – por via dos seus libertos – desde cedo conheceu amplo incremento, e uma colónia de grande tradição e bem ciente da riqueza que lhe advinha da agricultura e da mineração, também ela com uma dinâmica população em que os libertos não deixaram seus créditos por mãos alheias, *Olisipo* e *Pax Iulia* não hesitaram em mostrar-se, por intermédio dos seus notáveis, fiéis ao poder central, cujo apoio não lhes poderia faltar.

Os autores que mencionam esta epígrafe (v. g. DELGADO 2000 e 2003) interessaram-se, de modo especial, em a integrar no rol das que patenteiam o habitual *cursus honorum* municipal: após o exercício de funções municipais, o flaminato apresenta-se como o culminar de uma carreira a nível local¹⁰ e a nomeação para a prefeitura dos artífices

¹⁰ «[...] El enorme peso de la vida religiosa oficial en la sociedad romana, y en

constitui, como se tem salientado, o trampolim para auspiciosa carreira equestre: outras prefeituras e procuradorias noutras áreas do Império, na Urbe inclusive. Daí que seja também esse um bom motivo para que a população homenageie o que foi seu magistrado: guindando-se a outras funções, com maiores responsabilidades e poder, mais facilmente poderá exercer a favor da sua cidade natal uma eficaz influência.

Anote-se que – ao contrário do que se referiu a propósito dos dois augustais de *Olisipo* – *M. Aurelius* surge quase isoladamente na epigrafa de *Pax Iulia*. Pelo menos, até ao momento. Na verdade, é duvidosa a leitura *Aur(elius)* de IRCP 251 e, de fora do comum, apenas a presença, numa dedicatória a Endovélico (IRCP 497), de *Aurelia Vibia Sabina*, de quem *Hermes marmorarius* é *servus* – mas num horizonte cronológico bastante posterior. Não se negará, porém, que uma *gens Aurelia*, ainda que apenas com este seu digno representante, se há-de integrar no escol da sociedade da colónia.

3.2. A muralha de Pax Iulia

Valerá a pena retomar-se a discussão acerca do reaproveitamento desta pedra na Quinta da Mangiralda, porque tal se prende com o tema das modificações por que o tecido urbano bejense foi passando e, neste caso, das transformações que a muralha romana e medieval sofreu. Em que circunstâncias houve essas remodelações? Quem poderia ter sido o interveniente na preservação da epígrafe, mandando retirá-la para a sua quinta?

Recorde-se que, em meados do século XIX, Hübner já não o viu e o monumento foi dado como perdido. Aliás, em relação a uma das outras inscrições que Resende viu e copiou (IRCP 233), escreveu Frei Amador Arrais (1604, 109): «[...] um pedaço de mármore que soía estar em Beja à porta de Moura no muro alto, com estas letras e outras gastadas do tempo». Ou seja: «soía estar», mas... já não estava! Alguém o teria tirado. Haja, pois, a noção clara de que esse trecho da muralha urbana se não manteve ‘parado’ no tempo.

concreto en las sociedades municipales hispanas (al menos los sectores privilegiados), donde los notables ambicionaron siempre las dignidades sacras como culminación o consolidación de sus trayectorias públicas» (RODRÍGUEZ NEILA 1991, 118).

Há estudos sobre esse tema, para os quais, naturalmente, nos cumpre remeter. Vêm citados no levantamento de Vasco Massapina, que a Câmara Municipal mandou fazer, não sendo de somenos importância o álbum (chamemos-lhe assim) de Nicolau de Langres, a documentar a intenção de, aquando da Guerra da Restauração, a muralha bejense se adaptar ao modelo Vauban. Chegaram mesmo a fazer-se obras nesse sentido, que não lograram, porém, chegar a bom termo. O estudo mais completo sobre o assunto é, todavia, o de Túlio Espanca (1992, 83-90), que descreve minuciosamente as informações que conseguiu obter a respeito da «cerca amuralhada medieval» e das «fortificações modernas», salientando, designadamente (p. 85), a referida ideia de se «envolver a cidade num plano perfeito de fortificações abaluartadas», cujos trabalhos se iniciaram em 1664. Na nota 4 da p. 83, a propósito do trecho de muralha junto da Porta de Moura, cita Félix Caetano da Silva, que, «nos finais do século XVIII, assinalou a existência, neste muro, de um cipo romano, quebrado em duas partes e incompleto, que dizia, em letra bem visível [...]». Traz o texto, que é o mesmo que André de Resende dera como identificado «ultra portam Maurensem» (fol. 202-203) e foi depois inserido em CIL II 55 e em IRCP 242.

Não nos admiraria que, no meio das pedras que da muralha levaram para as construções na Quinta da Mangiralda, o letreiro tivesse despertado curiosidade e, por isso, os operários houvessem tido o cuidado de manter os dizeres para o lado de fora. E quando foi isso? Há que investigar! Todavia, no caso vertente, pode sugerir-se ligação directa com esse período dos finais do século XVII, princípios do século XVIII, datação que outros testemunhos apontam para ser a da edificação do casario na Quinta da Mangiralda. Por outro lado, se considerarmos que André de Resende seguiu na sua enumeração a ordem da localização das epígrafes, diremos que há toda a possibilidade de esta epígrafe ter estado – juntamente com as outras duas que cita e que também estão desaparecidas (IRCP 233 e 234) – entre a porta de Moura e a de Mértola.

4. Conclusão

A primeira grande conclusão a tirar do feliz achamento da lápide reside na dissolução de todas as dúvidas surgidas quanto à sua autenticidade. André de Resende dera simplesmente o texto, como o vira e copiara da muralha de *Pax Iulia*, sem aparatos nem considerações, o que já de per si não deixava de ser sintomático, como se disse, por não lhe ter parecido necessário adornar a informação com justificações lisonjeiras.

M. Aurelius passa, pois, a figurar, de pleno direito, no número dos notáveis da colônia: cidadão romano, inscrito na tribo Galéria (que é a de *Pax Iulia*), duúviro, flâmine, prefeito dos artífices. E a ausência de *cognomen* na sua identificação facilmente se explica pela data precoce da epígrafe (reinado de Tibério: 14-37 d. C.).¹¹

Há, além disso, uma conclusão que se valida: as pedras do núcleo urbano (romano e medieval) foram sendo aproveitadas, ao longo de todos os tempos para as construções das casas senhoriais dos arredores, independentemente de terem, ou não, letras e ornamentos. E não é invulgar que – por curiosidade, secreto respeito ou intuitiva sabedoria – o letreiro fique amiúde para o lado de fora, mesmo que (como aqui) a pintura o não tenha poupado. Por conseguinte, além da normal atenção que se presta no acompanhamento arqueológico de obras dentro do perímetro urbano, há que seguir de perto eventuais alterações dos edifícios derredor.

O que se passou com a última linha do texto levanta, por seu turno, uma outra questão: será que, não tendo logrado ver essa última linha, o humanista optou por completar o texto de acordo com o que era habitual? Não se nos afigura hipótese impossível, atendendo ao facto de, na verdade, não se vislumbrar – pelo menos se considerarmos uma paginação normal, obedecendo à regularidade patente no resto da epígrafe – nenhum vestígio de D · D. Em contrapartida, subsistem restos de uma outra inscrição, que reputamos posterior, gravada porventura aquan-

¹¹ Como se anota em IRCP (p. 310), «o gentílico *Aurelius*, sobretudo junto ao *praenomen Marcus*, é característico duma época posterior (finais do século II – princípios do III)», por influência da onomástica imperial; na Lusitânia ocorre, no entanto, bem cedo, como se prova pela sua frequência na epigrafia de *Conimbriga* e em *Emerita Augusta* (*Atlas*, mapa 53, p. 111-112, que regista 41 testemunhos no total).

do da remoção e subsequente reutilização, sem que nos seja possível adiantar uma explicação nem sugestão de leitura; apenas a conclusão de que o campo epigráfico continuaria ainda um pouco mais para baixo. E tal conclusão faz-nos repensar na pergunta: estaria D · D nestoutro pedaço de pedra que ora falta?

BIBLIOGRAFIA

- ARRAIS (Frei Amador),³ 1846, *Diálogos*, Lisboa. [As pp. 244-247 foram transcritas no *Arquivo de Beja* II 1945 p. 300-301, sob o título «A “Colonia Pax Iulia”»]. Consultámos a 2ª edição, que está disponível em <http://purl.pt/14115/1/> e que tem como título *Dialogos de Dom Frey Amador Arraiz, bispo de Portalegre: revistos, e acrescentados pelo mesmo Autor nesta segunda impressão*, que foi em Coimbra, no ano de 1604, «na oficina de Diogo Gomez Loureyro, impressor da Universidade».
- ATLAS = M. NAVARRO CABALLERO e J. L. RAMÍREZ SÁDABA (coord.), 2003, *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), 1869, *Corpus Inscriptionum Latinarum* – II, Berlim. Suplemento, 1892.
- DELGADO DELGADO (José A.), 2000 «Los sacerdotes de rango local de la provincia romana de Lusitania», *Conimbriga* XXXIX, 107-152.
- DELGADO DELGADO (José A.), 2003 «Los sacerdotes en el marco de las instituciones municipales en la Hispania romana», in *Les Élités et Leurs Facettes (Les élites locales dans le monde hellénistique et romain)*, École Française de Rome, 223-240.
- ENCARNAÇÃO (José d'), 2009, *Paisagens da Antiguidade*, Apenas Livros, Lisboa, Maio.
- ESPANCA (Túlio), 1992, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Beja*, I vol., Lisboa.
- ÉTIENNE (Robert), 1974, *Le culte impérial dans la péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris (reimp.).
- FERNANDES (Raul M. Rosado), 1996, introdução, tradução e comentário de *As Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GONZÁLEZ Herrero (Marta), 2006, *Los caballeros procedentes de la Lusitania romana. Estudio prosopográfico*, Madrid.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), 1984, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- LANGRES (Nicolau de), *Desenhos e plantas de todas as praças do reino de Portugal / pelo tenente-general Nicolao de Langres, francez, que servio na guerra da Aclamção*. É datável de cerca de 1661, está catalogado como ‘Cod. 7445’, na Biblioteca Nacional de Portugal, podendo ser consultado *on line*.

- MASSAPINA (António Vasco da Costa Carvalho) *et alii*, 1981, *Beja Centro Histórico. Plano de Salvaguarda e Recuperação*, Federação das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural, Beja.
- QUINTEIRA (Catarina) e ENCARNAÇÃO (José d'), 2009 «CIL II 182, de *Olisipo*», *Conimbriga* XLVIII, 181-187. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/13088>
- RODRÍGUEZ NEILA (Juan-Francisco), 1991 «Magistraturas municipales y funciones religiosas en la Hispania romana», *Revista de Estudios de la Vida Local*, Madrid, 209, 91-118.
- SUETÓNIO, 1979, *Os Doze Césares*, Lisboa, Editorial Presença. [Tradução e notas de João Gaspar Simões].

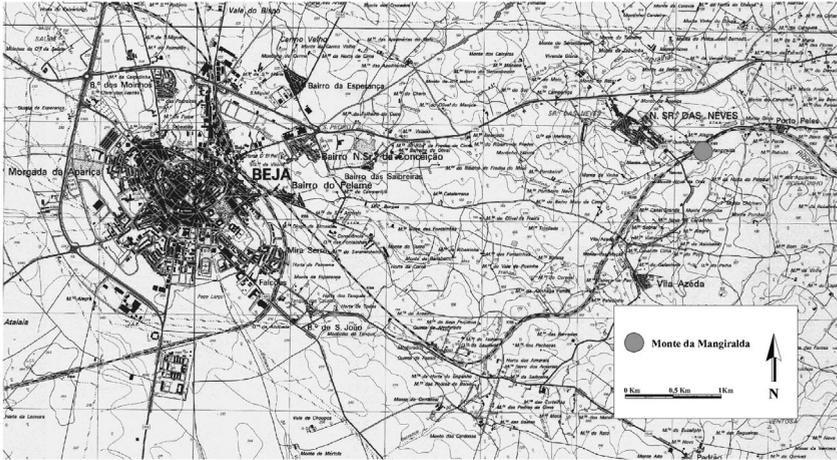


FIG. 1



FIG. 2

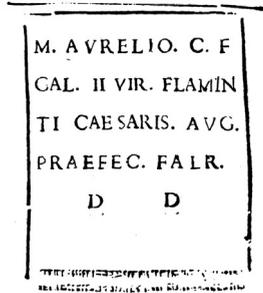


FIG. 3



FIG. 4

¶ Cippus semifractus.



Hoc est.

¶ Marco Aurelio Cai filio Galeria dum viro Flaminii Tiberij
Caesaris Augusti praefecto fabri Decreto Decurionū, vel dedicarū.

FIG. 5



FIG. 6



FIG. 7